

5 Floresta Atlântica

Danilo Sette de Almeida

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALMEIDA, DS. Floresta Atlântica. In: *Recuperação ambiental da Mata Atlântica* [online]. 3rd ed. rev. and enl. Ilhéus, BA: Editus, 2016, pp. 42-46. ISBN 978-85-7455-440-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



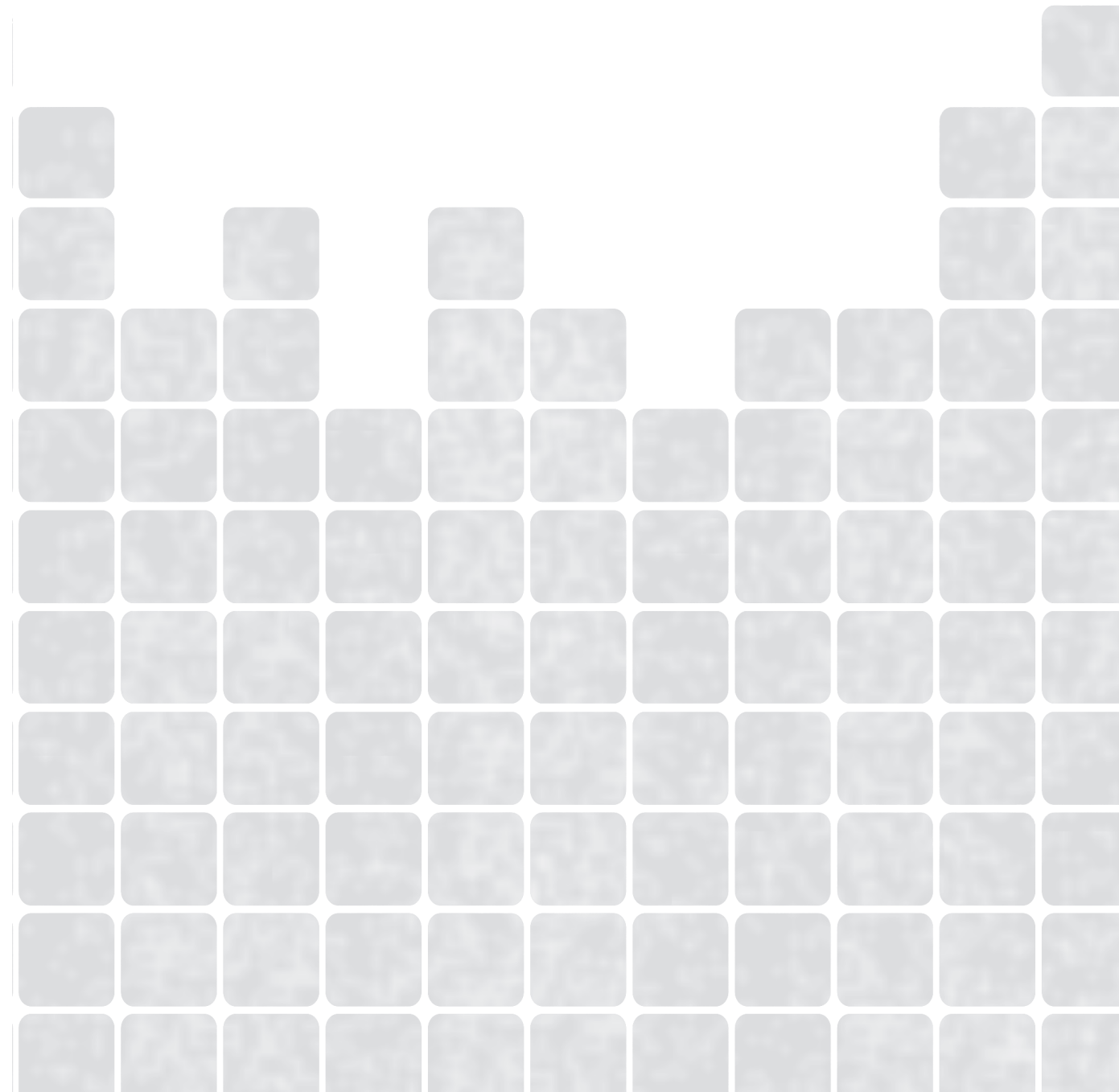
All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

FLORESTA ATLÂNTICA



5.1 Conceituação e distribuição

Segundo o Consórcio Mata Atlântica/UNICAMP (1992), baseado no Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 1992), a floresta atlântica compreende um conjunto de tipologias vegetais, localizada na faixa litorânea brasileira, desde o Estado do Rio Grande do Norte até o Estado do Rio Grande do Sul, representado, principalmente, pela Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, encraves de campos de altitude e brejos de altitude (Região Nordeste), associada também a ecossistemas costeiros de restinga, mussunungas e mangue. A atual legislação brasileira também segue e considera este conceito para floresta atlântica. Alguns autores, como Leitão Filho (1993), Joly et al. (1991) e Silva e Leitão Filho (1982), consideram a floresta atlântica de forma mais restrita, restringindo este bioma somente à floresta ombrófila densa.

Fatores como a grande variação latitudinal (de 5° a 25° de latitude sul), variação de altitudes (desde o nível do mar até mais de 1.000 metros acima), contatos temporários com a Floresta Amazônica, durante os períodos interglaciais, além da presença de muitos ecossistemas associados - campos de altitude, restinga, mangues, brejos etc. - fazem da floresta atlântica um dos ecossistemas de maior diversidade biológica do planeta.

5.2 Processo de fragmentação

Nestes cinco séculos pós-descobrimto, o país passou por diferentes ciclos econômicos (pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, café e pecuária), todos concentrados na faixa litorânea e responsáveis pelo desmatamento e fragmentação da floresta atlântica, logo se observa que o processo de fragmentação está sempre associado aos ciclos econômicos brasileiros e à expansão urbana. Na FOTO 1, podemos observar grandes extensões de áreas de pastagens degradadas, presentes no norte fluminense (estado do Rio de Janeiro), pastagens formadas após o ciclo do café, um dos primeiros ciclos econômicos a devastar grandes extensões de floresta atlântica, esta monocultura, comum na costa brasileira, empregou grandes áreas, antes ocupadas pela floresta.

FOTO 1 – Extensas áreas antes ocupadas por mata atlântica, hoje ocupadas por pastagem degradadas presentes na zona da mata do estado de Minas Gerais.



Segundo Mori et al (1991), o desmatamento da Mata Atlântica é particularmente sério, uma vez que este ecossistema apresenta uma alta diversidade e elevado nível de endemismo, levando à extinção de um número incalculável de espécies e populações.

O maior impacto do processo de fragmentação florestal é a drástica redução dos *habitats*, da diversidade biológica, interrompendo relações ecológicas, extinguindo espécies da flora e da fauna. A eliminação de grandes trechos da floresta, conforme citado por Rankin-de-Merona e Ackerly (1987), causa mudanças no microclima e outras características do *habitat*, perda de indivíduos reprodutivos da população, modificação ou eliminação de relações ecológicas com espécies polinizadoras e dispersoras, que afetam a capacidade das espécies sobreviverem na “ilha”.

Pequenos fragmentos florestais se encontram, em sua maioria, comprometidos em relação a sua biodiversidade e sustentabilidade. É característica marcante destes fragmentos de área reduzida apresentar problemas quanto ao tamanho das populações, muitas espécies são raras - apresentam pequenas densidades - menos que um indivíduo por hectare, muitas árvores mortas e grande infestação de cipós, chegando a alguns casos - fragmentos isolados - em mais de 70% das árvores com presença de cipó na copa ou no tronco

(ALMEIDA, 1996). Com a retirada - extrativismo e erradicação - de espécies de interesse comercial das populações humanas -, a composição original da floresta é alterada, com domínio de certos grupos de espécies.

O mais importante, segundo enfatizado por Frankel e Soulé (1981), encontra-se no alto nível de especialização e autodependência de espécies das florestas tropicais, como a floresta atlântica, pode-se determinar que a perda de uma espécie de planta é capaz de desencadear uma extinção em cascata, efeito dominó, levando à perda de inúmeras outras espécies.

O estudo da fragmentação florestal está sendo realizado, em grande parte, baseado na Teoria de Biogeografia de Ilhas Oceânicas, proposta por Robert MacArthur e Edward Wilson, em 1963, onde uma diminuição da superfície está normalmente associada a uma diminuição exponencial do número de espécies e da redução das relações interespecíficas (MAC ARTHUR; WILSON, 1967; FRANKEL; SOULÉ, 1981). Estes conceitos propostos auxiliam na interpretação e estudos das modificações provocadas pelo processo de isolamento de pequenas áreas florestais. Esta teoria tem sido aplicada com muita ênfase na criação de unidades de conservação, marcação de reservas naturais e elaboração de planos de manejo de fragmentos florestais, tanto para conservação da biodiversidade como para produção madeireira. Em recuperação de áreas degradadas, esta teoria auxilia em trabalhos de interligações de fragmentos, recuperações de bordas de fragmentos, recuperação genética de populações, entre outros.

5.3 Biodiversidade

A biodiversidade compreende a totalidade de genes, espécies e ecossistemas existentes em uma região (CIMA, 1991; DIAS, 1992). Segundo Burton et al. (1992), a diversidade biológica, ou biodiversidade, pode significar uma variedade de formas de vida (especialmente espécies) de forma generalista, dependendo do contato e da escala, pode referir-se a alelos ou genótipos dentro de uma população, ou a espécies e formas de vida contidas em uma comunidade biótica, assim como espécies e ecossistemas dentro de uma paisagem.

Nas florestas tropicais, a diversidade está organizada de maneira bastante fragmentada no espaço e no tempo, em razão da alta

heterogeneidade de ambientes físicos (microclima, solos, topografia), bióticos, fisiológicos (variação química do metabolismo secundário) e, especialmente, sucessionais (pela frequência de perturbações brandas e imprevisíveis) nesses sistemas (REIS et al., 1992).

Com referência à biodiversidade, na área de domínio da floresta atlântica, podemos notar que, baseado nos atuais níveis de degradação desse ecossistema, sua biodiversidade já está comprometida, onde certamente muitas espécies já foram extintas antes mesmo de serem descritas pela ciência. Entretanto, a floresta atlântica, mesmo reduzida à área atual, colabora em muito para que o Brasil seja considerado um país de megabiodiversidade.

No domínio da floresta atlântica, temos 53,5% de endemismo entre as espécies arbóreas, também 74,4% das espécies de bromélias e 64% das 76 espécies de palmeiras. Com relação à fauna, a floresta atlântica apresenta um endemismo bastante elevado: 91,8% das 183 espécies de anfíbios; 39% de cerca das 23 espécies de marsupiais; 41% das 146 espécies de répteis; 53% das 57 espécies de roedores existentes; além de 39% de cerca das 130 espécies de mamíferos são endêmicas (CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA; UNICAMP, 1992).

Em estudo feito pela Conservação Internacional, a Mata Atlântica foi considerada um dos 25 *hotspots* do mundo, em função de sua alta diversidade de espécies (cerca de 300-500 espécies vegetais/ha em florestas primárias), associada a uma alta taxa de endemismo (50 % das espécies vegetais) e do grau de ameaça que este ecossistema vem sofrendo (reduzido a cerca de 7% de sua área original).

Com relação ao número total de animais e microrganismos das florestas tropicais, estes são cerca de 100 vezes o total de espécies vegetais (KRICHER, 1990). Este grande número de animais e microrganismos nessas florestas tropicais é responsável pelos processos de polinização, dispersão de sementes e predação (KAGEYAMA; GANDARA, 1999).

Considerando a grande biodiversidade e o potencial biológico, econômico e social da floresta atlântica, registramos a necessidade de manter e manejar estes últimos fragmentos florestais, conservando a grande biodiversidade ainda existente. A diversidade de espécies da floresta atlântica, ainda pouco conhecida e muito danificada, proporcionará muitas surpresas após trabalhos de pesquisa e seu completo conhecimento.